

Desigualdades e violências no capitalismo neoliberal

Rosilene Marques Sobrinho de França
Organizadora



**DESIGUALDADES E
VIOLÊNCIAS NO
CAPITALISMO NEOLIBERAL**

Rosilene Marques Sobrinho de França
Organizadora

DESIGUALDADES E VIOLÊNCIAS NO CAPITALISMO NEOLIBERAL

AUTORAS E AUTORES

Adjaime de Freitas Cadete
Adriana Rodrigues Cunha
Adriana Siqueira Marreiro Magalhães
Aline Mattos Fuzinatto
Ana Kelma Cunha Gallas
Beatriz Gershenson
Carmem Letícia dos Santos
Cirlene Aparecida Hilário da Silva Oliveira
Elaine Ferreira do Nascimento
Estelyta Hanna Guedes Rodrigues Morais
Gabriela Dutra Cristiano
Gorge André Lando

Inês Castro Apreza
Jordôa Moreira Leite
Lucas Catarino Pereira de Sousa
Maria D'Alva Macedo Ferreira
Marisol Alcocer Perulero
Marta Bramuci de Freitas
Míriam Tháís Guterres Dias
Olívia Cristina Perez
Rodrigo Aragão da Silva
Rosa Icela Ojeda Rivera
Rosilene Marques Sobrinho de França
Tamires Nogueira Santos
Teresa Cristina Moura Costa

Reitora

Nadir do Nascimento Nogueira

Vice-Reitor

Edmilson Miranda de Moura

Superintendente de Comunicação Social

Jacqueline Lima Dourado

Diretora da EDUFPI

Olivia Cristina Perez

Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas

Solange Maria Teixeira (Coordenadora)

Jairo de Carvalho Guimarães

(Coordenador Adjunto)

EDUFPI - Conselho Editorial

Jacqueline Lima Dourado (presidente)

Olivia Cristina Perez (vice-presidente)

Carlos Herold Junior

César Ricardo Siqueira Bolaño

Fernanda Antônia da Fonseca Sobral

Jasmine Soares Ribeiro Malta

João Batista Lopes

Kássio Fernando da Silva Gomes

Maria do Socorro Rios Magalhães

Teresinha de Jesus Mesquita Queiroz

**Comitê Editorial ad hoc**

Anabella Pavão da Silva (UNESP/Franca)

Juliano Vargas (PPGPP/UFPI)

Marfisa Martins Mota de Moura (UNIFSA)

Mauriceia Lígia Neves da Costa Carneiro
(DSS/UFPI)

Renato Tadeu Veroneze (UEMG)

Edição e Normalização Bibliográfica

Rosilene Marques Sobrinho de França

Ana Kelma Cunha Gallas

Projeto Gráfico e editoração eletrônica

Wellington Silva

Capa

Tiago Marques de França

FICHA CATALOGRÁFICA

Universidade Federal do Piauí

Biblioteca Comunitária Jornalista Carlos Castello Branco

Divisão de Representação da Informação

D457 Desigualdades e violências no capitalismo neoliberal / Rosilene Marques Sobrinho de França, organizadora ; Adjaimé de Freitas Cadete ... [et al.], autores e autoras. -- Teresina : EDUFPI : LESTU, 2025.

E-book.

ISBN: 978-65-5904-363-7

DOI: [10.51205/edufpi.lestu/978-65-5904-363-7](https://doi.org/10.51205/edufpi.lestu/978-65-5904-363-7)

1. Capitalismo Neoliberal. 2. Desigualdades. 3. Violência. I. França, Rosilene Marques Sobrinho de. II. Cadete, Adjaimé de Freitas.

CDD: 306.342

Bibliotecária: Fabíola Nunes Brasilino - CRB 3/1014



Editora da Universidade Federal do Piauí – EDUFPI
Campus Universitário Ministro Petrônio Portella
CEP: 64049-550 - Bairro Ininga - Teresina - PI – Brasil



Coedição:

LESTU EDITORA CONSULTORIA E COMUNICAÇÃO LTDA

CNPJ: 37.361.030/0001-33

Rua Olavo Bilac, 1951 • Teresina-PI



Editora: Ana Kelma Cunha Gallas

A REALIDADE DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM ANGOLA

*Adjaime de Freitas Cadete
Rosilene Marques Sobrinho França*

INTRODUÇÃO

O presente artigo se propõe a abordar a problemática das crianças em situação de rua na província de Luanda, capital de Angola, considerando as diferentes etapas que envolvem este fenômeno e as respostas dadas pelo Estado¹. Trata-se de uma reflexão sobre a realidade das crianças em situação de rua e as diferentes formas que o fenômeno foi assumindo.

Angola é um país que se situa ao sul da África e sua capital é a cidade portuária de Luanda. Banhado pelo oceano Atlântico, o território angolano apresenta um clima tropical e relevo planáltico. Sua extensão territorial é de 1.246.700 km². Os

1 Cabe destacar que em setembro de 1990, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) preparou-se para “aceitar o multipartidarismo e a economia de mercado”. Atualmente Angola tem sido alvo das diretrizes impostas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) aos países da periferia do capitalismo neoliberal (Gonçalves, 2010, p. 81).

resultados do Censo 2014 mostram que em 16 de maio de 2014, a população de Angola era de “25.789.024 de habitantes, dos quais 12.499.041 do sexo masculino (48% da população total residente) e 13.289.983 do sexo feminino (52% da população total residente)”² (Angola, 2016, p. 15). Cabe destacar que a província de Luanda é a mais habitada, “com 6 945 386 de residentes. A província do Bengo, com 356 641, é a província onde residem menos pessoas” (Angola, 2016, p.15).

Angola apresenta um conjunto de recursos naturais, a exemplo do petróleo, que constitui uma importante fonte de renda da economia nacional. Todavia, enfrenta problemas socioeconômicos e desigualdades estruturais, produzidos no contexto de um longo período de colonização, de guerra civil e de má governança. O país obteve sua independência no ano 1975 e depois assistiu a um período de guerra civil que terminou em 2002.

Por sua vez, a dependência de Angola da renda advinda do petróleo aumentou a vulnerabilidade do país às mudanças advindas do mercado externo, prejudicando a estabilidade macroeconômica, com significativas limitações à criação de empregos. Nesse sentido, dentre as pessoas empregadas, “80% são informais e metade são trabalhadores por conta própria sem

2 Cabe destacar que o “Recenseamento Geral da População e Habitação de Angola, que teve lugar no período de 16 a 31 de maio de 2014, vulgo Censo 2014, foi realizado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE) a coberto da Lei 3/11 de 14 de janeiro, Lei do Sistema Estatístico Nacional, e de Legislação conexas aprovada quer pela Assembleia Nacional como pelo Titular do Poder Executivo. O Censo 2014 foi realizado em colaboração os Governos Provinciais, Administrações Municipais e Comunaes, as Forças Armadas Angolanas, Polícia Nacional e outras instituições do Estado. Os resultados do Censo 2014 têm como referência o Momento Censitário que ocorreu a 16 de maio de 2014” (Angola, 2014, s/p).

empregados ou trabalhadores não remunerados de empresas familiares” (World Bank Group, 2024, s/p).

Considerando os dados relativos ao final de 2022 e ao final de 2023, mais de “550 000 novos trabalhadores entraram na população ativa, mas apenas 10.000 postos de trabalho foram criados”. Por outro lado, o “desemprego urbano e juvenil subiu para 42 e 58% no final de 2023, respetivamente, em comparação com 39 e 53% no ano anterior” (World Bank Group, 2024, s/p).

Dentre os vários problemas que o conflito armado deixou na sociedade angolana um dos mais incisivos foi o aumento da imigração. Tal realidade gerou profundos desdobramentos na sociedade como um todo, porém, na capital do país esse problema ficou mais evidente.

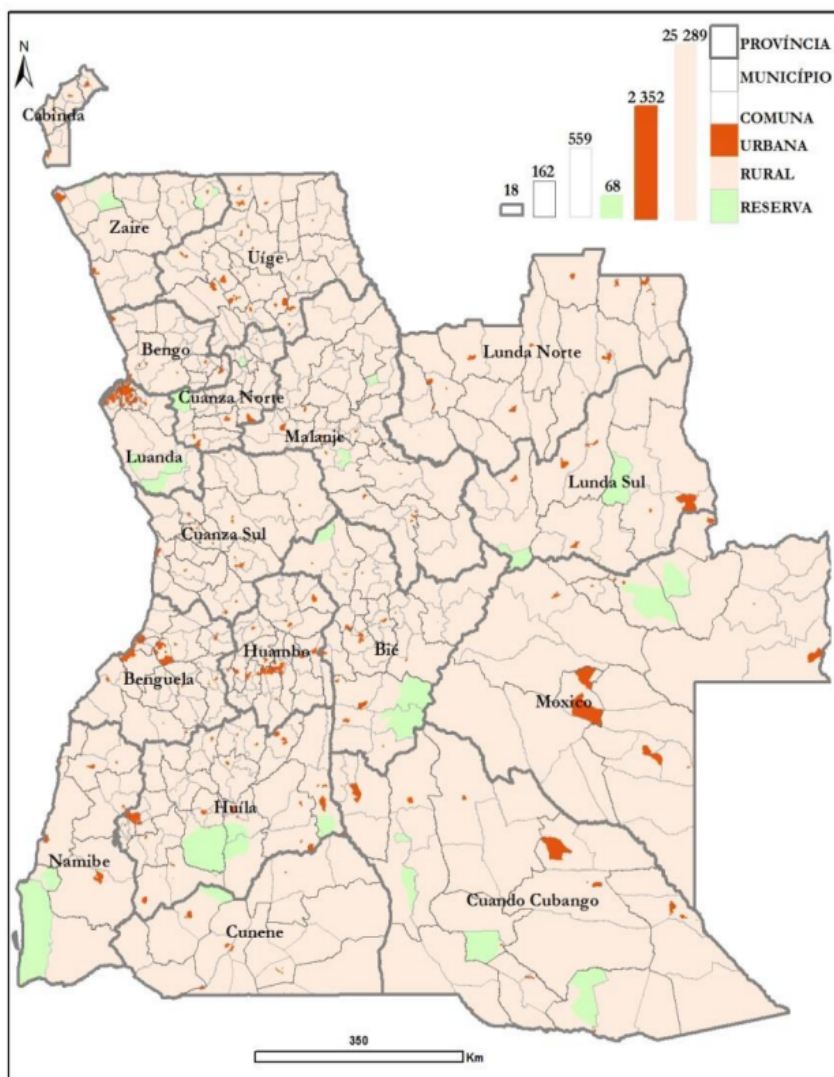
No que diz respeito a metodologia do presente estudo, optou-se por uma abordagem bibliográfica e documental. Nesse sentido, o trabalho está dividido em duas seções. A primeira analisa a realidade de crianças em situação de rua em Angola, e a segunda, examina a ação do Estado no enfrentamento desse fenómeno.

Os resultados mostraram a ausência da ação do Estado no enfrentamento mais direto das situações de rua em Angola, demonstrando que é de fundamental importância o desenvolvimento de programas, projetos, serviços e benefícios que possam apoiar indivíduos e famílias com a formação de um sistema de proteção social capaz de garantir os direitos de cidadania.

A REALIDADE DE CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA EM ANGOLA

A cidade de Luanda é uma das 18 (dezoito) províncias e representa o país em todas as esferas, pois é a que reúne todos os ministérios e direções das instituições públicas do país.

Mapa 1 - Municípios, comunas e localidades por província em Angola – 2014



Fonte: Angola, 2016, p. 27.

Luanda é também a cidade que sofre em primeira instância os problemas que o país enfrenta, dentre eles, o fenômeno das crianças em situação de rua.

Independente desde 11 de novembro de 1975, Angola viveu a maior parte do período que se estende até os dias de hoje em guerra, encontrando a paz apenas nos oito anos mais recentes. Isto influiu bastante no desempenho econômico do país, atual detentor do segundo maior produto interno bruto (PIB) da região austral do continente africano, embora a grande distância da África do Sul e tendo ultrapassado Zimbábue em virtude da degradação econômica deste país (Gonçalves, 2010, p. 75).

Em conformidade com Gonçalves (2010, p. 77), o “calendário final para a independência do país foi estabelecido no Acordo de Alvor (Portugal), em janeiro de 1975, apresentando lacunas que conduziram à guerra civil pós-colonial”. Dentre as referidas lacunas destaca-se “a vontade política das três forças reconhecidas no acordo de terem o monopólio não apenas do poder, mas também do próprio direito de expressão política. Tal vontade reduzia a intenção de se aplicar o que fora acordado”.

A História Económica e Social do território hoje designado por Angola foi sempre marcada pela violência sobre as populações das conquistas territoriais do poder colonial e de alguns poderes pré-coloniais, procurando utilizá-la como força de trabalho de baixo custo, o que suscitou um constante contexto social precário em cada época histórica, inibidor do crescimento do mercado interno e da economia. A economia angolana foi constantemente fragilizada pela repressão político-militar, interna e externa, ao qual o País foi submetido e que enfraqueceu as soberanias locais, criando uma economia colonial de fraca produtividade e, conseqüentemente, dependente do mercado externo desde o século XV ao século XX (Pacheco; Costa; Tavares, 2018, p. 83).

No ano de 1986 Angola “sofreu o choque da queda dos preços do petróleo, que lhe fez perder cerca de 700 milhões de dólares em relação às previsões”. A referida crise impactou a capacidade de importação de alimentos, provocando um “aumento da penúria e aumento dos preços”, sendo que em 1987, “o governo lançou o Saneamento Econômico e Financeiro (SEF) e candidatou o país à entrada no Fundo Monetário Internacional (FMI)” (Gonçalves, 2010, p. 80).

Em setembro de 1990 o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) realizou articulações no sentido da aceitação do multipartidarismo e da economia de mercado, sendo que as negociações “para o cessar-fogo prosseguem e o bloco soviético desaparece. Angola já faz parte do FMI, que exige medidas de ajuste estrutural urgentes” (Gonçalves, 2010, p. 81).

O crescimento do número de crianças em situação de rua ocorreu mais incisivamente no ano 1992, quando foram realizadas as primeiras eleições gerais no país, mas também quando a guerra civil tomou rumos alarmantes abrangendo todo o território de Angola. Esta situação, fez com que as pessoas saíssem das suas aldeias e cidades para se refugiar em Luanda e as que tinham alguma condição refugiaram-se em outros países, notadamente os fronteiriços.

Em 1991, realizaram-se as primeiras eleições livres da história de Angola, com vitória do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), já então detentor do poder na maior parte do território desde a independência, e que fez uma bem-sucedida mudança do marxismo-leninismo para princípios da Internacional Socialista, à qual aderiu. Seu adversário armado, a União Nacional para a Independência Total de Angola (Unita), teve mais dificuldades em entender o fim da Guerra Fria e compreender as alterações da economia angolana durante os 16 anos de guerra pós-colonial.

A Unita acusou o MPLA de fraude eleitoral sem apresentar provas e, apesar da declaração da ONU confirmando que as eleições tinham sido geralmente livres e justas, negou-se a reconhecer os resultados.

Em outubro de 1991, o país voltou à guerra, desta vez em áreas muito habitadas e centrais para a economia. O nível de destruições provocou, no biênio 1992-1993, uma queda de 23% do PIB (ANGOLA, 1993).

Como fontes de financiamento do conflito, o governo mobilizou grande parte dos recursos petrolíferos e a Unita intensificou o controle sobre áreas diamantíferas, tornando-se exportadora ilegal de pedras preciosas, como outras forças insurrecionais na África.

Grandes batalhas tiveram lugar perto dessas áreas que o governo retomou, asfixiando a base econômica da rebelião, o que, somado à legitimidade internacional do governo em função das eleições de 1991, modificou alianças internacionais e isolou a Unita, até causar sua derrota militar em fevereiro de 2002, base para o acordo de paz dois meses depois (Gonçalves, 2010, p. 77-78).

Terminada a guerra em 2002, a situação das crianças na rua ganhou novas características e contornos, considerando que ocorreu um período de crescimento econômico em Luanda, com construções públicas e privadas e uma certa melhoria das condições de vida na capital do país, situação que fez com que muitas pessoas decidissem trocar sua província pela capital. No entanto, nem todas as pessoas tinham família em Luanda e acabavam ficando na rua. Outras crianças saíam de suas províncias para Luanda (Carvalho, 2011; Samba, 2005; Samba, 2007).

Previsões internas e internacionais apresentam o PIB angolano no final de 2010 em 87,5 bilhões de dólares, calculados pelo método de taxa de câmbio oficial (TCO), significando retomada no ritmo de crescimento a dois dígitos, após ter ocorrido em

2009, segundo o governo, subida de 2,9%, e, segundo círculos internacionais, contração de 0,9% (EIU, 2010).

Na estrutura geral deste mesmo PIB em 2008, quando a taxa de crescimento foi de 13,4% (BM, 2009), a agricultura equivalia a 6,6%, a indústria a 67,8% – dado essencialmente produzido pela extração, uma vez que a manufatura representava apenas modestos 4,8% –, e os serviços correspondiam a 25,7%.

Quaisquer que sejam as divergências nos cálculos, a comparação com 1998 é significativa, tendo em vista que, na época, o PIB, de Angola se limitava a US\$ 6,4 bilhões. Entre este ano e 2010, duas grandes alterações tiveram lugar, explicando o salto registrado: o fim da longa guerra civil em 2002, que reduziu as despesas militares e, logo em seguida, a subida do preço do petróleo, produto que representa ordens de grandeza de 60% do PIB e 90% das exportações (Gonçalves, 2010, p. 76).

Em 2010 Angola acolheu o campeonato africano de futebol (27ª Copa das Nações Africanas), evento marcante que levou muitas pessoas à capital do país, inclusive crianças, que saíam de suas províncias em busca de melhores condições de vida e, também, desejosas de conhecer a cidade e os jogadores famosos. Desse modo, a partir do ano 2014 ocorreu um aumento exponencial das situações de rua em Angola.

A maior parte das crianças que vivem em zonas periféricas de Angola não têm acesso a serviços de saúde ou educação com qualidade. Existem poucas escolas e centros médicos, apresentando ainda a oferta de serviços limitados e com reduzido número de profissionais para atender às demandas que se apresentam. Diante das fragilidades das políticas, significativa parcela das famílias pobres são obrigadas a acessarem serviços privados, outras por falta de condições financeiras suportam as debilidades destes serviços. Por outro lado, com o agravamento da pobreza tem-se um aumento exponencial das situações de rua.

A proporção da população com 0-14 anos é de 47,3% e a de idosos (65 ou mais anos) é de 2,4%. § A idade média da população é de 20,6 anos. § A população estrangeira recenseada em Angola é de 586 480 indivíduos. § Apenas 13% da população com 18-24 anos completou o II ciclo do ensino secundário e 2,5% da população com 24 ou mais anos possui formação superior. § O mercado de trabalho concentra cerca de 40% da população com 15 ou mais anos, sendo que as actividades do sector primário concentram 44,2%, as do secundário 6,1%, e as do terciário 26,2%, enquanto que 23,5% da população residente não declarou a sua actividade. § O número médio de pessoas por agregado familiar é de 4,6, na sua maioria os agregados familiares são chefiados por homens, 62%, enquanto que as mulheres chefiam somente 38%. § O número de unidades habitacionais é de 5 544 834. Cerca de 69,7% das habitações estão ocupadas pelos proprietários e 19,2% são arrendadas. § O acesso à água apropriada para beber abrange, 44% dos agregados familiares, enquanto o acesso ao saneamento apropriado abrange 60% dos mesmos. § A maioria dos agregados familiares, 70%, despeja os resíduos sólidos, ou lixo, ao ar livre (Angola, 2016, p. 15).

A existência de elevado contingente de crianças fora do sistema de ensino leva as mesmas a passarem o dia nas ruas ou a ajudar as suas famílias a encontrarem sustento. Em geral, os/pais deixam os/as filhos/as em casa e vão trabalhar nas zonas urbanas, alguns ficam de dois a três dias no trabalho, muitas mulheres permanecem a semana inteira na casa em que trabalham, deixando os/as filhos/as com vizinhos ou mesmo sozinhos/as, o que gera uma desproteção social, diante da ausência da ação do Estado na oferta de serviços públicos voltados para atendimento dessa realidade.

Quadro 1 - Incidência da pobreza por província em Angola, IIMS 2015-2016

Províncias	Distribuição da população (%)	Incidência		
		Valor	Intervalo de confiança (95%)	
Angola	100	54,0%	51,7%	56,3%
Bié	5,6	78,3%	73,2%	83,5%
Cunene	3,8	77,6%	70,9%	84,4%
Lunda Norte	3,3	77,4%	69,3%	85,4%
Moxico	2,9	76,2%	67,2%	85,3%
Quando Cubango	2,1	74,8%	68,0%	81,5%
Uíge	5,7	74,2%	64,1%	84,3%
Huíla	9,7	74,0%	66,2%	81,8%
Cuanza Sul	7,3	73,5%	65,8%	81,3%
Huambo	7,9	71,8%	63,1%	80,5%
Lunda Sul	2,1	69,6%	60,6%	78,6%
Malanje	3,8	67,0%	56,9%	77,1%
Bengo	1,4	62,5%	54,1%	70,8%
Cuanza Norte	1,7	61,2%	52,0%	70,4%
Benguela	8,6	55,2%	47,3%	63,1%
Namibe	1,9	52,1%	44,8%	59,5%
Zaire	2,3	51,8%	44,9%	58,6%
Cabinda	2,8	34,1%	24,5%	43,6%
Luanda	27,1	23,7%	18,9%	28,4%

Fonte: Cálculos do INE, utilizando o IIMS 2015-2016. Retirado do documento do Governo do Estado de Angola, 2020, p. 35.

O quadro 1 mostra que as províncias do “Bié, Cunene, Lunda Norte Moxico, Cuando Cubango, Uíge, Huíla, Cuanza Sul e Huambo apresentam uma taxa de incidência da pobreza superior a 70%”, mostrando que “pelo menos 7 em cada 10 pessoas nessas províncias são multidimensionalmente pobres”. Por outro lado, a “província de Luanda apresenta a menor incidência da pobreza com 23,7%, o que significa que pelo menos 2 em cada

10 pessoas são multidimensionalmente pobres” (Governo de Angola, 2020, p. 35).

Com o surgimento da Covid-19, a situação das famílias que já sofriam com a pobreza agravou-se ainda mais, porque nem na rua poderiam ficar. Então, começaram a pedir ajuda e algumas começaram a se fixar em zonas residenciais, esperando quando alguém fosse deixar lixo para aproveitarem as sobras que saiam das casas. Hoje a cidade de Luanda apresenta uma elevada incidência de pessoas em situação de rua, sobretudo crianças, pedindo ajuda, outras dormindo em espaços públicos, sem uma ação efetiva do Estado para o enfrentamento dessa realidade, a partir do desenvolvimento de ações de proteção social. Para Koppele (2013, p. 6), a vida das crianças em Angola é dinâmica, “pois nada é fixo, nem o lugar onde dormem e residem, nem o que comem, nem as atividades que fazem e nem as pessoas que encontram. Podemos concluir que estas crianças vivem em precariedade”.

Cabe destacar que o fenômeno relativo às crianças em situação de rua perpassa múltiplas vulnerabilidades e riscos sociais (Ferreira, 2011). Em Luanda, sempre que uma criança pede ajuda, o argumento mais incisivo é o da pobreza e da fome, elementos utilizados para convencer o/a interlocutor/a para ajudar. Todavia, existem algumas legislações que formalmente protegem as crianças angolanas, dentre elas destacam:

1. Constituição da República de Angola, que no seu artigo 80º refere-se à necessidade de existir uma colaboração entre a família, a sociedade e o Estado para assegurar a proteção da criança e prestar-lhe uma atenção especial.

2. Lei 25/12 de 22 de agosto de 2012, que dispõe de vários instrumentos legais, visando a proteção aos direitos da criança.
3. O governo angolano adaptou os 11 compromissos com a criança.

Para o enfrentamento da referida realidade o Estado angolano, em colaboração e apoio do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, apresentou em julho de 2020 um relatório sobre a pobreza multidimensional em Angola. Segundo o relatório, a população angolana, de modo geral, tem elevado contingente populacional sem acesso a registo de nascimento e a água apropriada, apresentando, ainda elevado número de famílias residindo em moradias precárias³ (Governo de Angola, 2020).

O resultado do relatório afirma que, um em cada dois angolanos vive na pobreza multidimensional, com uma taxa de pobreza por volta de 88,2% nas áreas rurais e 29,9% nas áreas urbanas (Governo de Angola, 2020). O referido documento mostra ainda que, em relação as demais províncias do país, Luanda apresenta a menor taxa de incidência de pobreza, sendo que as crianças menores de 9 anos apresentam maior taxa de incidência da pobreza multidimensional⁴.

A organização internacional VIS⁵ (2019) mostra também a realidade das famílias das crianças que vivem nas ruas de Luanda:

3 <https://www.undp.org/pt/angola/ine-lanca-consulta-publica-sobre-pobreza-multidimensional-em-angola>.

4 Idem...

5 Voluntariado Internacional para o Desenvolvimento, ONG italiana que trabalha em Luanda.

A condição de pobreza das famílias das crianças e adolescentes em situação de rua está expressa inclusive no espaço da moradia, ou seja, pelo bairro que habitam, na maioria das vezes sem energia, água, equipamentos sociais importantes como hospitais e escolas, deficiência do saneamento básico, com o lixo espalhado em todos os cantos, já que a recolha dos resíduos sólidos ou é ineficiente ou é inexistente (VIS, 2019, s/p).

Existe uma disparidade entre as zonas de Luanda, evidenciando as elevadas desigualdades sociais, visto que a diferença entre os que têm muito e os que não têm nada é grande. Os bairros periféricos estão ladeados com os condomínios e as zonas urbanas, os carros de luxo circulam nos bairros e nas ruas dos que não têm transporte público. Durante um tempo, existia uma espécie de vergonha dos mais pobres, hoje eles vão às portas dos condomínios dos hotéis de luxo e “batem” nos vidros dos carros luxuosos para pedir ajuda.

A falta de emprego e o subemprego têm sido fatores que agravam as condições de vida das famílias que sobrevivem nas ruas de Angola (Sousa; Gropo, 2011; Pimenta, 2013). Em Luanda, a situação é um pouco diferente quando comparada com outras províncias de Angola, porque é a capital, visto que as pessoas têm mais condições de sobreviverem nos espaços da rua. Em outras províncias do país, se as pessoas que não tiverem um emprego ou uma atividade rentável podem mesmo morrer de fome.

Em face da situação de pobreza extrema e multidimensional, com poucas chances para encontrarem um emprego, as famílias são forçadas a sair às ruas e depender da solidariedade das pessoas.

Diante dessa realidade, alguns segmentos da classe média ou mesmo que tenham algum emprego, bem como associações religiosas e cívicas começaram um movimento que

visa ajudar as pessoas que vivem nas ruas em Angola (Samba, 2005). Esta resposta foi mitigando o problema (principalmente da fome), contudo, evidencia a ausência da ação do Estado no enfrentamento dessa realidade, tendo como base o desenvolvimento de ações de proteção social.

O ENFRENTAMENTO DO FENÔMENO DA SITUAÇÃO DE RUA EM ANGOLA: perspectivas e desafios

O Estado angolano traçou o Plano de Desenvolvimento Nacional para um período de cinco anos (2023-2027). Nele pode-se encontrar no 4º eixo conteúdos relativos à redução das desigualdades sociais e a erradicação da fome e da pobreza extrema, apontando a necessidade de melhoria da qualidade de vida das populações vulneráveis. No mesmo documento o Estado angolano traçou algumas políticas e programas, como a de Apoio às comunidades vulneráveis, o programa de combate à pobreza e o programa de proteção social das famílias⁶ (Governo de Angola, PDN 2023-2027).

Embora a pobreza seja um dos fatores que contribuem para a existência de crianças na rua, o estudo mostrou a fragilidade e/ou ausência de políticas voltadas para o enfrentamento dessa realidade.

6 Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027.

Quadro 2 - Dimensões, indicadores e linhas de privação

Dimensão	Indicador	Linha de privação Um agregado familiar é privado se:	Peso da dimensão	Peso do indicador
Saúde	Nutrição	Ao menos uma criança menor de 5 anos tem malnutrição crónica (baixa altura por idade) ou malnutrição aguda (baixo peso por altura).	25%	8,3%
	Cuidados de saúde materna	Ao menos uma mulher em idade reprodutiva (15-49 anos), que esteve grávida nos últimos 2 anos, não fez pelo menos 4 consultas pré-natais ou o parto não foi assistido por um profissional de saúde qualificado.		8,3%
	Mortalidade infantil	Ao menos uma criança morreu antes de completar 5 anos, nos últimos 5 anos anteriores a entrevista.		8,3%
Educação	Registo civil	Ao menos um membro de 0-5 anos não tem registo de nascimento.	25%	8,3%
	Anos de escolaridade	Nenhum membro de 12 ou mais anos tem pelo menos 6 anos de escolaridade.		8,3%
	Frequência escolar	Existe pelo menos uma criança entre 6-14 anos que não frequenta a escola. (idade oficial obrigatória do ensino primário ao I ciclo do ensino secundário).		8,3%
Qualidade de vida	Combustível sólido para cozinhar	O principal combustível para cozinhar é carvão, lignite, carvão vegetal, lenha, palha, ramos, canas, produtos agrícolas, estrume ou outro.	25%	4,2%
	Acesso a electricidade	Não tem electricidade da rede em casa.		4,2%
	Tipo de material das paredes, chão e tecto da habitação	O piso da casa é de terra ou as paredes de materiais naturais ou não adequados ou o tecto de materiais naturais ou não adequado.		4,2%
	Posse de Bens	Não possui mais que um dos seguintes bens: rádio, televisão, telefone, computador, geleira/arca, bicicleta, motorizada ou carroça de tracção animal e não possui um carro ou camião.		4,2%
	Acesso a água apropriada para beber	Não tem acesso a fonte de água apropriada para beber a uma distância inferior a 30 minutos (ida e volta).		4,2%
	Acesso ao saneamento	Não tem acesso a algum tipo de saneamento apropriado ou se a instalação sanitária da casa é partilhada com outro agregado.		4,2%

Emprego	Trabalho infantil	Ao menos uma criança de 5-17 anos trabalha (utilizando os padrões da OIT e UNICEF).	25%	6,3%
	Desemprego entre adultos	Algum membro com 25-64 anos não trabalha, mas está disponível para trabalhar.		6,3%
	Desemprego juvenil	Algum membro com 15-24 anos não trabalha e não estuda.		6,3%
	Dependência	Por cada 5 membros do agregado familiar não existe pelo menos um membro com 15-64 anos que tem emprego remunerado.		6,3%

Fonte: Angola, 2020, p. 20.

O quadro 2 mostra a ausência de políticas e programas de enfrentamento às situações de rua, sendo que as ações e políticas de proteção básica são desenvolvidas de uma forma pontual e fragmentada. Outra situação tem a ver com a falta de políticas e programas a longo prazo, como resultado de um planejamento governamental (Samba, 2018).

O estudo mostrou a ausência de políticas públicas direcionadas às crianças em situação de rua, bem como voltadas para o enfrentamento dos problemas que as famílias apresentam atualmente. De modo que é de fundamental importância a ação do Estado no desenvolvimento de programas, projetos, serviços e benefícios que possam apoiar indivíduos e famílias, com a formação de um sistema de proteção social capaz de garantir os direitos de cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar de Angola ter ratificado a Convenção dos Direitos da Criança, a realidade mostra a fragilidade e/ou ausência da ação do Estado no enfrentamento dos problemas sociais que afetam as crianças.

A existência de crianças que sustentam os seus pais e muitas vezes asseguram o provimento da família com a exposição ao risco que a rua oferece, constitui uma negação de direitos, com frontal violação aos humanos que a sociedade angolana cultivou ao longo dos anos, antes da invasão colonial e o deflagrar da guerra civil.

Em Angola, infelizmente ainda não existe política pública voltada diretamente para crianças em situação de rua, pelo contrário, houve uma tentativa de invisibilizar estas pessoas. Nesse sentido, tem-se uma perspectiva de higienização e, também, uma instrumentalização das crianças em situação de rua.

É urgente o desenvolvimento de ações que visem a proteção aos direitos das crianças angolanas, com o fortalecimento do Estado na oferta de políticas públicas e a ação de instituições governamentais e não governamentais, de forma a assegurar a melhoria das condições de vida das crianças angolanas, sobretudo, das que atualmente se encontram em situação de extrema vulnerabilidade e/ou risco social.

REFERÊNCIAS

ANGOLA, Governo de. Instituto Nacional de Estatística.

Resultados definitivos recenseamento geral da população e habitação – 2014, março de 2016. Disponível em https://www.ine.gov.ao/Arquivos/arquivosCarregados/Carregados/Publicacao_637981512172633350.pdf. Acesso em 10 de outubro de 2024.

ANGOLA, Governo de. **Lei sobre a proteção e desenvolvimento integral da criança** n.º 25/12 de 22 de agosto de 2012. Disponível em <https://lex.ao/docs/assembleia-nacional/2012/>

lei-n-o-25-12-de-22-de-agosto/. Acesso em 04 de outubro de 2024.

ANGOLA, Governo de. **Pobreza Multidimensional em Angola**. Julho de 2020. Disponível em <https://www.undp.org/pt/angola/publications/relatorio-final-sobre-pobreza-multidimensional-em-angola>. Acesso em 27 de setembro de 2024.

ANGOLA, Governo de. PDN 2023-2027. **Plano de Desenvolvimento Nacional** (2023-2027). Disponível em [https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030\(3\)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf](https://www.mep.gov.ao/assets/indicadores/angola2050/20231030(3)_layout_Final_Angola_PDN%202023-2027-1.pdf). Acesso em 04 de outubro de 2024.

CARVALHO, P. **Gangues de rua em Luanda: de passatempo a delinquência**. Revista Angolana de Sociologia [Online], 8 | 2011, Editora, Sociedade Angolana de Sociologia. Edição impressa. Data de publicação: 1 dezembro 2011. Paginação: 129-146. ISSN: 1646-9860.

EMBAIXADA DE ANGOLA NA ÁUSTRIA, CROÁCIA, ESLOVÉNIA E ESLOVÁQUIA. Leonard-Bernstein-Straße (Saturn Tower) 10/11^o A-1220. **Sobre Angola**. Viena, Áustria, 2014.

FERREIRA, Frederico Poley Martins. Crianças e Adolescentes em Situação de Rua e seus Macro Determinantes. **Saúde Soc**. São Paulo, v.20, n.2, p.338-349, 2011.

GONÇALVES, Jonuel. A economia de angola: da independência à crise mundial de 2008. **Revista Tempo do Mundo – RTM**, v. 2, n. 3, dez. 2010.

ONU. Nações Unidas. **Convenção sobre os direitos da criança.** Adotada pela Resolução n.º L. 44 (XLIV) da Assembléia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989.

PACHECO, Luís Pacheco; COSTA, Paulo Costa; TAVARES, Fernando Oliveira. História económico-social de Angola: do período pré-colonial à independência. **População e Sociedade**, CEPESE, Porto, vol. 29 jun 2018, p. 82-98.

PIMENTA, Maria da Encarnação. **Eventuais Causas e Consequências da Delinquência em Angola.** 4ªed. Cidade da publicação: Calçada das Letras Ltda. 2013.

KOPPELE, Brenda te. Crianças “de rua” em Luanda: a vida em exclusão com sonhos e futuro, **Revista Angolana de Sociologia** [Online], 12 | 2013, posto online no dia 01 março 2015, consultado no dia 10 dezembro 2020.

SAMBA, SIMÃO JOÃO. **Trabalho informal em Luanda: luta e persistência dos jovens migrantes.** São Paulo: Cortez, 2018.

SAMBA, Simão João. **Trajetória de vida de crianças e adolescentes de rua:** um estudo sobre o município do Sambizanga – Luanda/Angola. 2005. 234f. TCC – Centro Universitário Salesiano de São Paulo: Americana, 2005.

SAMBA, Simão João. **O processo da educação social nas instituições de atendimento à criança e ao adolescente em situação de risco em Luanda:** a experiência dos “Candengues Unidos”. Orientadora: Prof.ª Dr.ª Maria Carmelita Yasbek. Mestrado em Serviço Social Pontifícia Universidade Católica de São Paulo São Paulo – SP, 2007, 263p.

SOUSA, Janice Tirelli Ponte de; GROPO, Luís Antonio. (Organizadores). **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo**. Florianópolis: UFSC, 2011.

WORLD BANK GROUP. **Angola**: aspectos gerais. 2024. Disponível em <https://www.worldbank.org/pt/country/angola/overview> . Acesso em 06 de outubro de 2024.

VIS E SALESIANOS DE DOM BOSCO. **Projeto Educativo-Pedagógico para reinserção de crianças e adolescentes de rua**, 2017.



“Este livro resultado de uma potente parceria que reúne esforços e sintonia em torno do debate sobre as “reformas” neoliberais, as desigualdades, violências e seus desdobramentos junto à família e seus membros. Necessita ser lido com urgência, posto que a ofensiva ao Estado Democrático de Direitos e às conquistas da nossa classe parecem terem fincado os pés no país. Mais do que nunca é chegada a hora de aumentar a vigilância e reafirmar os princípios ético-políticos em defesa da liberdade, da democracia e da justiça social. O livro nos arma para a permanente e intensa disputa no interior da sociedade e do Estado”.

Juliana Iglesias Melim
*Professora adjunta da Universidade
Federal do Espírito Santo (UFES)*

